

UMA ANÁLISE DA FUNÇÃO DE REAÇÃO DA AUTORIDADE MONETÁRIA DO BRASIL

Roberto Rodrigues Gomes da Costa, Elano Ferreira Arruda

Após o estabelecimento do regime de metas de inflação no Brasil, através do decreto nº 3088 de 21 de junho de 1999, a base da política macroeconômica do país passou a se ancorar no tripé câmbio flutuante, metas de inflação e equilíbrio fiscal (via superávits primários). Nessas condições, a autoridade monetária tem como principais objetivos garantir a estabilidade da moeda e atuar para que a meta de inflação previamente anunciada seja alcançada, através dos instrumentos de política monetária, como a taxa básica de juros da economia. O compromisso dos gestores com esses objetivos é crucial para a previsibilidade dos agentes econômicos. A quebra dessa confiança afeta de maneira direta eficácia da política monetária. Dessa forma, para a manutenção do sistema de metas para inflação e controle de preços faz-se mister uma autoridade monetária que atue de forma sistemática de acordo com regras e/ou estratégias previamente apresentadas à sociedade. Entretanto, em países emergentes, o viés inflacionário pode “contaminar” a atuação desse importante ator, onde se “aceitaria” mais inflação em toca de um ciclo de expansão da atividade econômica. O objetivo dessa pesquisa é estimar funções de reação do banco central do Brasil entre janeiro de 2003 a fevereiro de 2019 a partir do método dos momentos generalizados com correção para heterocedasticidade e autocorrelação (GMM-HAC), de modo a observar as respostas da autoridade monetária aos desvios nas expectativas de inflação em relação à sua meta e às oscilações cíclicas da atividade econômica nas gestões Henrique de Campos Meirelles (Jan/2003 à Dez/2010), Alexandre Antônio Tombini (Jan/2011 à Jun/2016) e Ilan Goldfajn (Jun/2016 à Fev/2019).

Palavras-chave: Política Monetária. Regra de Taylor. Metas de inflação. GMM.